



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8720

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Celebração de convênios, termos de cooperação e aditivos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 09/04/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 47/2013. Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com Entidades Associativas Rurais do Município de Montes Claros, legalmente constituídas, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.595, de 06/05/2013).

Controle Interno – Caixa: 21.3

Posição: 26

Número de folhas: 18

Repassa recursos

Nº 15/2013



02.05.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.595, de 06/05/2013

PROJETO DE LEI Nº 47/2013

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com Entidades Associativas Rurais, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

1 Entrada em 09/04/2013

2 Comissão Legislação e Justiça e Agricultura.

3 - APROVADO EM REUNIÃO DE

4 - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E AGRICULTURA

5 - EM 02-05-2013

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO DE LEI Nº. **47** DE 08 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADES ASSOCIATIVAS RURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e da Secretaria Adjunta de Agropecuária e Abastecimento, autorizado a firmar convênios com entidades associativas rurais legalmente constituídas, sediadas no Município de Montes Claros, especialmente Associações de Moradores de Comunidades rurais do Município, visando proporcionar a estas a realização de atividades compreendidas entre suas finalidades estatutárias, em especial atividades de interesse público, e do atendimento de necessidades dos indivíduos das regiões em que as mesmas instituições têm sua atuação.

Art. 2º – Nos convênios de que trata o art.1º desta Lei, poderá o Município assumir o compromisso de repassar para cada entidade associativa rural conveniada, o valor de 0,8 Unidade de Referência Fiscal de Montes Claros – UREF-MC, por família beneficiada, para captação e distribuição de água, abrangendo as despesas de operação, manutenção e consumo de energia elétrica.

Parágrafo único – Nas comunidades em que houver escola ou postos de saúde, será acrescido o valor de 0,8 Unidade de Referência Fiscal de Montes Claros – UREF-MC, por cada 1.000 (hum mil) litros de água consumido por estas unidades.

Art. 3º – A presente Lei beneficiará as entidades associativas rurais que possuam de 10 (dez) a 99 (noventa e nove) famílias beneficiárias.

Art. 4º - As despesas decorrentes dos convênios autorizados por esta Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros (MG), 08 de abril de 2013.

Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
6 RUAÇA
EM 09 DE ABRIL DE 20 13
A. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE AGRICULTURA
RA
EM 09 DE ABRIL DE 20 13
A. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1 Sessão POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 02 DE MAIO DE 20 13

PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), em 08 de abril de 2013.

Exmo. Sr.

Vereador Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 83 /2013

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADES ASSOCIATIVAS RURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

O anexo Projeto de Lei, visa permitir que o Poder Executivo efetue repasses mensais de recursos orçamentários para a captação, distribuição de água, incluindo o consumo de energia e a manutenção de equipamentos dos poços tubulares que abastecem as Entidades Associativas Rurais legalmente constituídas.

Em todo o território do Município de Montes Claros, existem mais 220 comunidades rurais abastecidas através da captação de água de poços profundos e outros meios, gerando despesa para o município. Logo para que haja segurança jurídica deve-se estabelecer convênio as associações legal constituídas, com devida autorização legislativa evitando assim os conflitos político-administrativos, a cada mudança de governo, e insegurança no seio da família do trabalhador rural.

Considerando que ao gestor público não é dado o privilégio de empreender ações à seu exclusivo critério, mas sim pelo estrito cumprimento da lei, entende o Poder Executivo do Município de Montes Claros que a solução para resolver o problema do fornecimento de água nas comunidades rurais será através de lei específica para posterior formalização de Convênios - anuais e renováveis - com as Associações Rurais, de forma a permitir e assegurar, em caráter definitivo, o repasse de recursos necessários à Manutenção e Operação dos poços tubulares distribuídos pelas diversas comunidades rurais até então registradas na Sub Secretaria de Agropecuária e Abastecimento.

Para os efeitos desta lei, torna-se, indispensável, tipificar a comunidade rural como sendo zona rural uma região não urbanizada, destinada a atividades de agricultura e



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

pecuária, turismo rural, silvicultura ou conservação ambiental. O significado de zona rural (campo) é o oposto de zona urbana (região que delimita o perímetro urbano).

Para os cálculos do repasse foram considerados itens de relevância para a captação e distribuição da água dos poços tubulares comunitários:

Considerando que existem comunidades de vários portes, e que as comunidades de 100 famílias ou mais serão de responsabilidade da COPASA, para efeito de cálculos os seguintes:

COMUNIDADE MEDIA COM 60 FAMILIAS.

VAZÃO DO POÇO; 7.000 LITRO DE AGUA /HORA

BOMBA COM CAPACIDADE DE 3 CV

VALOR DO KW -ENERGIA RURAL R\$0,49.

O FATOR DE CONVERSÃO DE CONSUMO DE ENERGIA 0,736 KW/HORA

HORAS DE FUNCIONAMENTO DA BOMBA 8 HORAS DIA.

PARA EFEITO DO CALCULO DO CONSUMO DE ENERGIA USOU -SE A SEGUINTE FORMULA TEMPO DE FUNCIONAMENTO X POTENCIA DA BOMBA X FATOR DE CONVERSÃO 8 HORAS X 3 CV X 0,736 FATOR DE CONVERSÃO = $8 \times 3 \times 0,736 = 17,67$ Kw / dia

CONSUMO MENSAL DE ENERGIA

KW/DIA X PREÇO DE ENERGIA RURAL X 30 DIAS

LOGO: $17,67 \times 0,49 \times 30 = R\$259,74$.

MANUTENÇÃO DA BOMBA

Custo anual de R\$3.000,00 em media, segundo os dados da secretaria de Agricultura.

LOGO O CUSTO MENSAL SERÁ DE R\$250,00.

OPERACIONALIZAÇÃO DA CAPATAÇÃO DA AGUA

Valor mensal de R\$678,00

Em resumo o valor a ser destinado as associações, tem comode referencia uma associação com 60 famílias terá os itens abaixo com os cálculos já detalhados:



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

ENERGIA ELETRICA	259,74	CONVERTENDO EM UNIDADE DE REFERENCIAL FISCAL DE MONTES CLAROS A URF -MG. ATUAL DE 26,52 = 44,78 , DIVIDO POR 60 FAMILIAS = 0,80 URF-MC POR MES POR FAMILIA
MANUTENÇÃO	250,00	
OPERAÇÃO	678,00	
Valor total	1.187,74	

Para o consumo de acordo com princípio e avaliações técnicas ,será:

Natureza do consumo	Consumo/dia em litros	Quant. Pessoas por família	Consumo Per capita/dia	Consumo mensal/per capita
Pessoa adulta	60,00	5	300,00	9.000
Bovino	50,00	6	300,00	9.000
Equino e muares	50,00	2	100,00	3.000
Aves (galináceos)	0,20	25	5,00	150
Suínos	15,00	13	195,00	5.850
Caprinos e ovinos	10,00	10	100,00	3.000
Total de água disponível por família/dia			1.000,00	30.000

Fonte: Embrapa

Além da função social da lei que ora se propõe discutir com a sociedade é buscar tratamento igualitário com resultado imediato em termos de segurança, paz e saúde para a família do pequeno trabalhador rural.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Ruy Adriano Borges Muniz

Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Centro - CEP 39.400-466 - Montes Claros - MG - PABX: (38) 3690-5400 - Fax: (38) 3690.5440 -

**“EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 47/2013, QUE
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADES
ASSOCIATIVAS RURAIS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

EMENDA UM

Modifica o texto do art. 2º que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º – Nos convênios de que trata o art. 1º desta lei, o Município repassará para cada entidade associativa rural, conveniada, o valor de 0,8 Unidade de Referência Fiscal de Montes Claros- UREF – MC, por família beneficiada para captação e distribuição de água, abrangendo as despesas de operação, manutenção e consumo de energia elétrica.

Sala das sessões, 25 de abril de 2013.

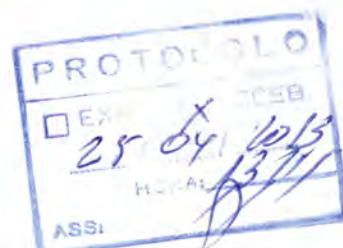
Comissão de Agricultura:

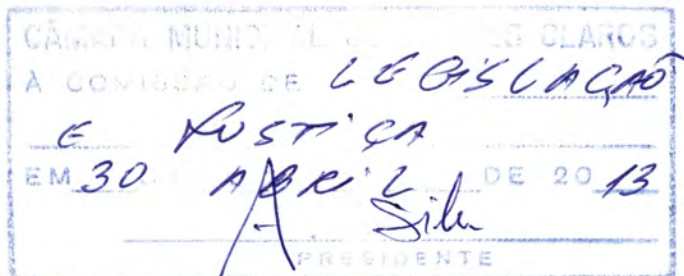
Presidente : Ver. Sebastião Ildeu Maia

Vice- Presidente: Ver. Rodrigo Maia de Oliveira

Relator: Sérgio Pereira dos Santos

Suplente: Ver. Adilson Rodrigues Andrade

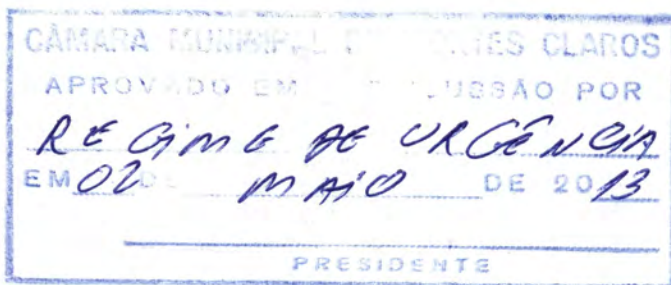




É legal e constitucional.

M. Carlos - AC, 02/05/2013.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
A.





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 47/2013 que:
"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com entidades associativas rurais, e dá outras providências.", de autoria da Comissão de Agricultura.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda, razão pela qual somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 02 de maio de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Centro - CEP 39.400-466 - Montes Claros - MG - PABX: (38) 3690-5400 - Fax: (38) 3690.5440 -

**“EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 47/2013, QUE
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADES
ASSOCIATIVAS RURAIS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”**

EMENDA DOIS

Acrescenta §2º ao art. 2º, renumerando o parágrafo único:

§ 2º – Caso a entidade associativa rural conveniada não utilize o recurso destinado para as despesas de manutenção de equipamentos poderá ser o mesmo utilizado na melhoria do sistema de captação e distribuição da água.

Sala das sessões, 25 de abril de 2013.

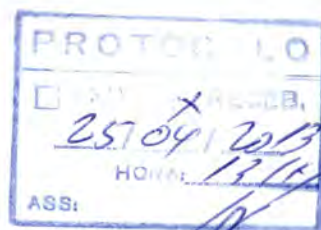
Comissão de Agricultura:

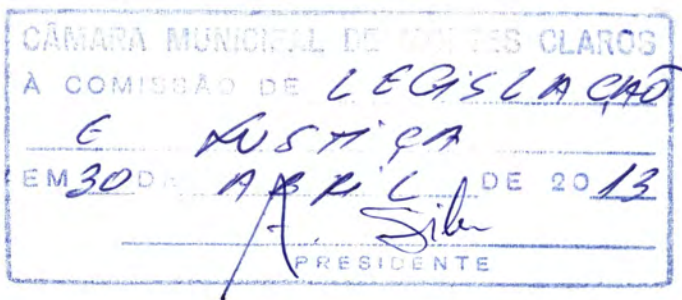
Presidente : Ver. Sebastião Ildeu Maia

Vice- Presidente: Ver. Rodrigo Maia de Oliveira

Relator : Sérgio Pereira dos Santos

Suplente/Relator: Ver. Adilson Rodrigues Andrade

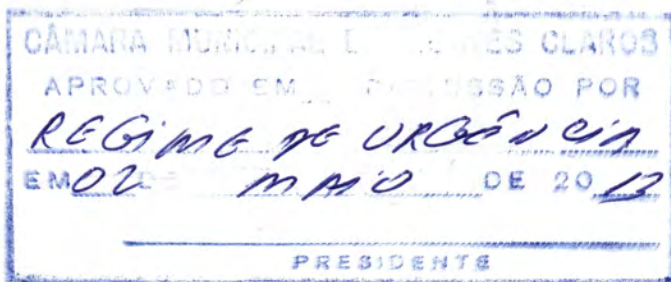




É LEGAL E CONSTITUCIONAL.

M. Carlos - nº 02/05/2013.







CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA


PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 47/2013 que:
"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com entidades associativas rurais, e dá outras providências.", de autoria da Comissão de Agricultura.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda, razão pela qual somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 02 de maio de 2013.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Centro - CEP 39.400-466 - Montes Claros - MG - PABX: (38) 3690-5400 - Fax: (38) 3690.5440 -

**"EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 47/2013, QUE
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADES
ASSOCIATIVAS RURAIS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS."**

Altera o art. 2º que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º – Nos convênios de que trata o art. 1º desta lei, o Município repassará para cada entidade associativa rural, conveniada, o valor de 0,8 Unidade de Referência Fiscal de Montes Claros- UREF – MC, por família beneficiada para captação e distribuição de água, abrangendo as despesas de operação, manutenção e consumo de energia elétrica e assumirá como responsável solidário eventuais dívidas previdenciárias, trabalhistas e fiscais advindas desta lei.

Sala das sessões, 24 de abril de 2013.

Vereador Alfredo Ramos Neto



CÂMARA MUNICIPAL DE LINS DO SUL
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 30 DE ABRIL DE 2013
A. Silva
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 47/2013 que:
"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com entidades associativas rurais, e dá outras providências.", de autoria da Comissão de Agricultura.", de autoria do Vereador Alfredo Ramos Neto.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento, altera o artigo 2º do projeto em comento.

A emenda em questão prevê a solidariedade do Município em relação aos débitos que descreve, criando, salvo melhor juízo, novas obrigações e despesas para o Município o que a torna ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 02 de maio de 2012.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 47/2013 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com Entidades Associativas Rurais e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A iniciativa de leis que tenham como fim a celebração de convênios entre o Município e outros órgãos e/ou instituições é do Executivo Municipal, motivo pelo qual não se vislumbra nenhum vício de iniciativa.

Também não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 12 de abril de 2013.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 47/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros com as Entidades que Menciona, e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 09/04/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 19/04/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata o projeto de lei de autorizar o Poder Executivo Municipal, por meio das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Adjunta de Agropecuária a firmar convênios com entidades associativas rurais legalmente constituídas.

De acordo com o art.1º do PL, o convênio visa proporcionar às essas associações, a realização de suas atividades e finalidades estatutárias de interesse público, nas condições que menciona.

Não se observa ilegalidade no projeto de lei quanto à sua iniciativa e objeto, tendo em vista que é competência do Executivo Municipal executar o orçamento, bem como firmar convênios com instituições.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto:

Suplente/Presidente: Ver. Cláudio Ribeiro Prates



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 47/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com Entidades Associativas Rurais, e dá outras providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão em 09/04/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 19/04/2013.

Compete à Comissão de Agricultura, nos termos do art.76 do Regimento Interno, opinar sobre a política agrícola e desenvolvimento rural do Município.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata o projeto de lei de autorizar o Poder Executivo Municipal, por meio das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Adjunta de Agropecuária a firma convênios com entidades associativas rurais legalmente constituídas.

De acordo com o art.1º do PL, o convênio visa proporcionar à essas associações, a realização de suas atividades e finalidades estatutárias de interesse público, nas condições que menciona.

Nos termos do art. 2º, o Município poderá assumir o compromisso de repassar a cada entidade associativa rural conveniada o valor de 0,8 Unidade de Referência Fiscal de Montes Claros- UREF, por família beneficiada, para captação e distribuição de água, abrangendo as despesas de operação, manutenção e consumo de energia elétrica.

Nesse contexto, a Comissão entende que a matéria é de grande relevância social, tendo em vista os constantes períodos de seca que assola a região e a necessidade de captação e distribuição de água para a subsistência das famílias locais.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão é favorável á aprovação do referido projeto de lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2013.

Presidente : Ver. Sebastião Ildeu Maia

Vice- Presidente: Ver. Rodrigo Maia de Oliveira

Suplente/Relator: Ver. Adilson Rodrigues Andrade

